

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 1º DE AGOSTO DE 1973 - SET

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

##### SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —  
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —  
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —  
Francisco Escorsin

##### SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-  
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE S

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —  
Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE S

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-  
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE S

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-  
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

## SUPLENTE S

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.  
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE S

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin  
— Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE S

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —  
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE S

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

##### SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.  
— Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lólio Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-  
se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE S

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —  
Domício Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



RESOLUÇÃO ON.o 25-73

DATA: 29 de junho de 1973.

SUMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Município da Lapa, para instalação de um aparelho de abreugrafia na Unidade Sanitária daquele Município. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.o — Fica aprovado em todos os seus termos, o convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para instalação de um aparelho de abreugrafia na Unidade Sanitária deste Município.

Art. 2.o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 29 de junho de 1973.

OSVALDO SANTOS LIMA — Presidente

RESOLUÇÃO N. 26-73

DATA: 29 de junho de 1973.

SUMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Município da Lapa, para realização de serviços médico integrado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.o — Fica aprovado em todos os seus termos, o convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Município da Lapa, para realização de um serviço médico integrado.

Art. 2.o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 29 de junho de 1973.

OSVALDO SANTOS LIMA — Presidente

RESOLUÇÃO N. 27-73

DATA: 29 de junho de 1973.

SUMULA: Aprova Acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul, objetivando a realização de II Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.o — Fica aprovado o termo do Acordo n. 04-73, de 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do II Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares.

Art. 2.o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 29 de junho de 1973.

OSVALDO SANTOS LIMA — Presidente

LEI N. 09-73

DATA: 20 de junho de 1973.

Sumula: Cria o Município de Nova Santa Rosa, com sede na localidade do mesmo nome especifica divisas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 29, § 4.o, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.o. Fica criado o Município de Nova Santa Rosa, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado dos Municípios de Terra Roxa do Oeste, Palotina, Toledo e Marechal Cândido Rondon, nos termos do resultado do plebiscito autorizado pela Resolução n.o. 11-68, e divisas seguintes:

I — Com o Município de Terra Roxa do Oeste: limita-se por uma linha seca e reta, partindo do marco da Gleba A. do 48.o. perímetro da fazenda Britânia, situada à margem direita do Rio Guaçu, seguindo em direção Leste até atingir a 1.a parte do 49.o perímetro no marco 117-172, seguindo em direção Norte até encontrar o marco 171;

II — Com o Município de Palotina: limita-se a partir do marco 171, onde segue em linha seca e reta até atingir a Sanga Real, subindo esta até a sua cabeceira, prolongando-se até o marco 63.64, seguindo até o marco 60-61. A partir desse ponto, segue por estrada de rodagem até encontrar a Sanga das Antas, subindo por esta até encontrar o marco 62-17, situado a margem esquerda, a partir desse ponto segue em linha seca e reta até encontrar o arroio 18 de abril, subindo-o até a confluência com o Lageado Jaguarundi;

III — Com o Município de Toledo: limita-se subindo o Lageado Jaguarundi, a partir de sua confluência com o Arroio 18 de abril, até alcançar a Sanga Peim, subindo essa Sanga até sua cabeceira, prolongando-se por linha seca e reta até encontrar a estrada de rodagem pela qual segue até o marco 42-44, desse ponto segue até o marco 43-49, situado a cabeceira da Sanga Ubiretame, seguindo por esse até sua foz no Lageado Gavião, descendo por esse até sua confluência com o rio Guaçu.

IV — Com o Município de Marechal Cândido Rondon: limita-se a partir da referida confluência, seguindo pelo rio Guaçu até encontrar o marco da Gleba A, ponto de partida.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor a partir do ano de 1975, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de junho de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura  
Ata de Instalação do Segundo Período  
Ordinário de Sessões  
Realizada em 1.º de Agosto de 1973  
(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domício Scaramella — Emílio Carrazzi — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíselo Cristóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Antônio Costa e Xenofonte Villanueva. (29); achando-se ausentes os Srs. Deputados Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Antônio Be-

linati — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Wilson Brandão — Agui-naldo Pereira Lima e Wilson Fortes. (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 1.o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N.o 57-73

Senhor Presidente:

Curitiba, 11 de julho de 1973

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Alto Piquiri, Ampere, Astorga, Guairacá, Iretame, Paissandu, Realeza, Salto do Itararé e Santa Inês, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) João Mansur — Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

CONVENIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Alto Piquiri, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 28 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Luiz Ruaro, Prefeito Municipal de Alto Piquiri, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.o 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.o 20-73 de 25 de maio de 1973, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56) nos termos do artigo 4.o do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem o encargo entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica Municipal se compromete a prover:

a) A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação.

b) Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal.

c) A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razão administrativa, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Alto Piquiri, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara de Vereadores Municipal, ou seus órgãos;

b) Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas; I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal.



nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas ou externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por assim estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 28 de maio de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública  
Luiz Ruaro — Prefeito Municipal de Alto Piquiri  
José Maria do Nascimento — Testemunha  
Eraylton Moreschi — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÉRE CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de AMPÉRE com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 9 (nove) dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, Presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Romildo Bortoli, Prefeito Municipal de Ampére, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição do Paraná e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21.07.72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atender à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da Administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, substanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) a não empregar os veículos que hajam sido objeto deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Ampére, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos ou

b) indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas.

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservações e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia de setor da estrutura orgânica municipal conjuntamente com a Delegacia de Polícia, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município e a Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 09 de abril de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança  
Romildo Bortoli — Prefeito Municipal de Ampére (PR)  
(Ass. ilegível) — Testemunha  
(Ass. ilegível) — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Astorga, tem a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Ricieri Resqueti, Prefeito Municipal de Astorga, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21.07.72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1.962 tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Da execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Astorga, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou



- b) indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;
- II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retificação, dugo, retifica ou substituição de motores;
- IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 04 de junho de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública  
Ricieri Resqueti — Prefeito Municipal de Astorga  
(Ass. ilegível) — Testemunha  
(Ass. ilegível) — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRACÁ

##### CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Guairacá e a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 4 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Caetano Ruiz Neto, Prefeito Municipal de Guairacá, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 12-73 de 14 de maio de 1973, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, polícia técnica e Médico legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Guairacá, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimentos de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substância química, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos locados ou não da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através do ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 04 de junho de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança  
Caetano Ruiz Neto — Prefeito Municipal.  
(Ass. ilegível) — Testemunha  
(Ass. ilegível) — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE IRETAMA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Iretama, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezessete (17) dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário da Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Wassilio Mamus, Prefeito Municipal de Iretama, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Art. 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.2.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.7.72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA

##### Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Art. 56), nos termos do Art. 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA

##### Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade



e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Iretama, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA

##### Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA

##### Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois de uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA

##### Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA

##### Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 17 de maio de 1973.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Wassilio Mamus

Prefeito Municipal de Iretama

Testemunha

José Maria do Nascimento

Testemunha

Eraylton Moreschi

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PAISSANDU

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Paissandu, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete da Secretaria de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor João da Luz Lima, Prefeito Municipal de Paissandu, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (Itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-48) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-1972, resolveram mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento Capital) e de verbas de custeio do orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA

##### Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1.962, tem os encargos, entre outros, de apuração das in-

frações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA

##### Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Paissandu, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendido na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade das mesmas;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA

##### Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA

##### Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA

##### Vigência:

— Este convênio entrará em vigor, na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado

#### CLAUSULA SETIMA

##### Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

— E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 4 de junho de 1.973.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

João da Luz Lima

Prefeito Municipal de Paissandu

Testemunha

José Maria do Nascimento

Testemunha

Eraylton Moreschi

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Realeza, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quinze (15) dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor João Maria Corrêa, Prefeito Municipal de Realeza, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-1972, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a



integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA

##### Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA

##### Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Realeza, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA

##### Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA

##### Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SETIMA

##### Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA

##### Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 15 de maio de 1973

Mário Carneiro Fortes

Secretário de Segurança Pública

João Maria Corrêa

Prefeito Municipal

Testemunha

José Maria do Nascimento

Testemunha

Eraylton Moersch

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Fortes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Eduardo Bertoni Junior, Prefeito Municipal de Salto do Itararé, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de

22-7-1972, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA

##### Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 15 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros de apuração das infrações penais e contravencionais a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA

##### Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b", do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade das mesmas;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação.

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— Preserte Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade, signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou a Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 21 de maio de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

EDUARDO BERTONI JUNIOR — Prefeito Municipal de Salto do Itararé

as. ilegível

Testemunha

as. ilegível

Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santa Inês-Pr. com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos seis (06) dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três (1973), no Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Inês-Pr., presentes o Senhor Mário Carneiro Fortes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor José Afro Filho, Prefeito Municipal de Santa Inês, tendo em vista o que preceitua o Artigo 177 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.07.1972, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:



**CLÁUSULA PRIMEIRA: — Objetivo do Convenio:**

— Fixar as respectivas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia da Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado Município no campo da manutenção da ordem com o útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução e Convenio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados e equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Santa Inês-Pr, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtos;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLÁUSULA QUINTA: — Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLÁUSULA SEXTA — Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Santa Inês, 06 de abril de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

JOSÉ AFRO FILHO — Prefeito Municipal de Sta. Inês

José Maria do Nascimento

Testemunha

Eraykton Moreschi

Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM N. 58-73

Curitiba, 11 de julho de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n. 05-73, celebrado em 22 de junho de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE — do Estado do Paraná — por meio da participação financeira daquela Superintendência.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO MANSUR

Presidente da Assembleia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

**ACORDO N. 05-73**

Termo de acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul e o Estado do Paraná, para participação financeira no Fundo de Água e Esgotos — FAE.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, inscrita no CGC-MF sob n. 92885151, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Artigo 20 da Lei n. 5.365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n. 576, de 08 de maio de 1969 e pelo Decreto-Lei n. 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Afonso de Freitas Melro, ao final assinado, na forma do Artigo 15 do Decreto-Lei n. 301, doravante designada simplesmente "SUDESUL", e o Estado do Paraná, neste ato representado por seu Secretário do Governo, o Doutor Ivo Simas Moreira, doravante designado simplesmente "Estado" tem justo, certo e combinado, a celebração do presente Acordo o que fazem sob as cláusulas, condições e considerações seguintes:

— Considerando a necessidade de serem atingidas no mais breve prazo possível as metas estabelecidas pelo Governo Federal através do Ministério do Interior para o atendimento da população urbana do País com os serviços de abastecimento de água;

— Considerando a necessidade de ser implantado em toda a sua plenitude o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA instituído pelo Banco Nacional de Habitação;

— Considerando ser imprescindível para o êxito do mencionado Plano a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE;

— Considerando ser a SUDESUL órgão regional de desenvolvimento, sumamente interessada na solução dos problemas de saneamento básico na Região Sul, de acordo com a respectiva política nacional;

— Considerando que uma complementação dos recursos do Estado, a investir em saneamento, através do Fundo de Água e Esgotos — FAE, — acelerará a dinamização do referido Fundo e propiciará a viabilização dos projetos de abastecimento de água dos municípios de menor população ou renda;

— Considerando dispor a SUDESUL, em seu orçamento de recursos destinados a obras de abastecimento de água no Estado do Paraná, decidem firmar o presente Acordo, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA —** Objetiva o presente Acordo a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE — do Estado do Paraná — por meio da participação financeira da SUDESUL.

**CLÁUSULA SEGUNDA —** A SUDESUL contribuirá, para a execução dos acordados neste ato, com a importância de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos mil Cruzeiros), cuja despesa, empenhada sob n. 537 em 04 de junho de 1973, correrá à conta de seu Orçamento-Programa para o exercício de 1973, classificada como segue: Programa: Saúde e Saneamento; Subprograma: Abastecimento de água; Projeto: 15.09.1.098 — Contribuição para o Fundo Regional de Água e Esgotos; Elementos de Despesa: 4.1.1.0 — Obras Públicas Cr\$ 500.000,00.

**Parágrafo Primeiro —** O pagamento da importância relativa a contribuição da Sudesul será feito de uma só vez, após a publicação do presente Acordo no Diário Oficial do Estado do Paraná.

**Parágrafo Segundo: —** A importância recebida pelo Estado, será obrigatoriamente incorporada ao Fundo de Água e Esgotos, para aplicação no desenvolvimento do Programa Estadual de Abastecimento de Água.

**Parágrafo Terceiro —** A importância a que se refere esta Cláusula será gerida de acordo com o que dispuser o Convênio assinado entre o Estado e o BNH, tendo em vista a constituição do Fundo de Água e Esgotos — FAE-PR.

**Parágrafo Quarto —** As despesas decorrentes da publicação deste Acordo no Diário Oficial do Estado do Paraná, correrão por conta do Estado.

**CLÁUSULA TERCEIRA —** O prazo de execução do presente Acordo será de 10 (dez) meses contados da data do recebimento da contribuição da SUDESUL, a que se refere a Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA QUARTA —** O prazo de prestação de contas será de um mês, contados da data de expiração do prazo estabelecido na Cláusula Terceira.

**Parágrafo único —** O Estado através do órgão Gestor do Fundo de Água e Esgotos — FAE, remeterá à SUDESUL, durante a vigência do Acordo, balancete trimestral que demonstre a posição e movimentação dos recursos do FUNDO, na forma idêntica a que está obrigado a enviar ao BNH, por força do Convênio com esse assinado, obrigando-se, ainda a permitir pelo mesmo prazo, a inspeção e auditoria da SUDESUL à documentação do FAE.

**CLÁUSULA QUINTA —** A contribuição do Estado, durante o prazo fixado na Cláusula Terceira, para o Fundo de Água e Esgotos deverá ser, no mínimo, o dobro da importância referida na Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA SEXTA —** O Estado, através de Agente Promotor do Fundo de Água e Esgotos — FAE, manterá a SUDESUL devidamente informada do desenvolvimento do Programa Estadual de Abastecimento de Água, para o que remeter-lhe-á, trimestralmente, circunstanciado relatório a respeito podendo a SUDESUL exercer a fiscalização, a qualquer tempo, do referido Programa por intermédio da Divisão de Urbanismo e Saneamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA —** Caberá à Divisão de Urbanismo e Saneamento da SUDESUL a emissão do Laudo Técnico exigido pelo Artigo 29 do Decreto-Lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967.

**CLÁUSULA OITAVA —** A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente Acordo. Se o inadimplemento for imputável ao Estado, ficará este obrigado a restituir a importância recebida, diretamente aos cofres da Sudesul, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for caducas a seguinte rubrica que depois de lido, conferido e achado conforme judicial.

**CLÁUSULA NONA —** O período de vigência do presente Acordo, será de 20 (vinte) meses, contados da data do recebimento da contribuição da SUDESUL, a que se refere a Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA DECIMA —** As partes, de comum acordo, elegeram o Foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir qualquer questão fundada no presente Acordo.



E, por estarem acordes, mandaram que eu, as, ilegível, Chefe da Seção de Convenios, lavrasse o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma datilografadas em 4 (quatro) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 22 de junho de 1973.

PAULO AFFONSO DE FREITAS MELRO

Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

— SUDESUL.

IVO SIIMAS MOREIRA — Secretário do Governo

José Costa Cavalcanti

TESTEMUNHAS:

Nestor Jost

TESTEMUNHAS:

A Comissão de Constituição e Justiça

# MENSAGEM

55/73

Curitiba, 11 de julho de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias dos Convenios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Cambira, Capanema, Foz do Iguaçu, Grandes Rios, Pato Branco, Peabiru, Rolândia, Sabáudia, Salgado Filho e São João do Itaipu, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Cambira, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Florindo Picoli, Prefeito Municipal de Cambira, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios — (64 de 12.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.07.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

### CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

### CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Cambira, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, tância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

### CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar (p) uma das autoridades signatárias.

### CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes, firmam o presente convênio para que produza os efeitos legais.

Curitiba, 21 de maio de 1973

aa) Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Florindo Picoli — Prefeito Municipal de Cambira

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

### CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Capanema com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos oito dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Emílio Simplicio Weber, Prefeito Municipal de Capanema, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1938) tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 45-73, de 07.04.73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

### CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual n.º 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

### CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Capanema, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Consertos e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.



**CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLÁUSULA SEXTA — Vigência**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio**

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que se produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 08 de maio de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Emílio Simbício Weber — Prefeito Municipal de Capanema

(Ass. ilegível) — Testemunha

Valdete de Oliveira — Testemunha

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, presentes o Senhor Gal. R/1 Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Senhor Cel. Sabino Neves Vieira, Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização constante da Lei Municipal n.º 717 datada de 27 de fevereiro de 1973, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

1 — A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

2 — A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, respon-

sável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLÁUSULA QUINTA**

— As despesas decorrentes da execução do presente Convênio no corrente exercício, serão atendidas pela consignação 3.1.4.0 — 10 — Acordos e Convênios, da Dotação 0.2 — GABINETE DO PREFEITO, e nos exercícios seguintes, pela dotação própria que lhe for consignada.

**CLÁUSULA SEXTA — Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLÁUSULA SÉTIMA — Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA OITAVA — Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

aa) Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Sabino Xavier Vieira — Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Grandes Rios, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário da Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Celso Antunes Ribeiro, Prefeito Municipal de Grandes Rios, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Instituto de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Grandes Rios, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "5" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividades dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução



e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma autoridade signatária.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 30 de março de 1973.

aa) Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública  
Celso Artunes Ribeiro — Prefeito Municipal de Grandes Rios  
(Ass. ilegível) — Testemunha  
(Ass. ilegível) — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Pato Branco, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos (onze) dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Eng. Agr. Milton Popija, Prefeito Municipal de Pato Branco, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.7.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, art. 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual n.º 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de segurança pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a promover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Pato Branco, em contra partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e

contrôle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 11 de abril de 1973.

aa) Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública  
Milton Popija — Prefeito Municipal de Pato Branco  
(Ass. ilegível) — Testemunha  
(Ass. ilegível) — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Peabiru-Pr., com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos nove dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Sr. Antonio Manesco Basso, Prefeito Municipal de Peabiru-Pr., tendo em vista o que preceitua o Art. 117 da Constituição Estadual e o Art. 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.02.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — (Objetivo do Convênio)

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências da manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — (Definições e Legislações)

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Dec. Estadual 9.949 de 13.11.1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção de ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — (Da Execução do Convênio)

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação.

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Peabiru Pr., em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I) — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II) — pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III) — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V) — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI) — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — (Da Contribuição e Delegação)

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e



controle específicos, haverá delegação à chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia Local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — (Prazo e Denúncia)

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — (Vigência)

Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — (Celeridade do Apoio)

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 09 de maio de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública  
Antonio Manesco Basso — Prefeito Municipal de Peabiru  
(Ass. ilegível) — Testemunha  
(Ass. ilegível) — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANDIA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Rolândia, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Senhor Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná o Senhor Orlando de Almeida, Prefeito Municipal de Rolândia, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.7.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município, ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Rolândia, em contra partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadrar nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 16 de abril de 1.973

Mário Carneiro Portes  
Secretário de Segurança Pública  
(Ass. Ilegível)  
Prefeito Municipal de Rolândia  
(Ass. Ilegível)  
Testemunha  
(Ass. Ilegível)  
Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SABÁUDIA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Sabáudia, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos oito dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Jacomo Masquetti, Prefeito Municipal de Sabáudia, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-7-72 publicada no Diário Oficial do Estado, número 102 e tendo em vista a Lei Municipal número 270-73, de 18-4-73 resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1.962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município, ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Sabáudia, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;



VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução o controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado a outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 8 de maio de 1.973.

Mário Carneiro Portes  
Secretário de Segurança Pública  
Jacomo Masquetti  
Prefeito Municipal  
(As. Ilegível)  
Testemunha  
(As. Ilegível)  
Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Salgado Filho, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos oito dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Arcêncio Marchetti, Prefeito Municipal de Salgado Filho, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual, e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio o que adiante se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
  - b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
  - c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município, ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.
- A Prefeitura Municipal de Salgado Filho, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:
- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
  - b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução o controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado a outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 8 de maio de 1.973

Mário Carneiro Portes  
Secretário de Segurança Pública  
Arcêncio Marchetti  
Prefeito Municipal de Salgado Filho  
(As. Ilegível)  
Testemunha  
(As. Ilegível)  
Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São João do Ivaí, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Aparecido Bezerra Guedes, Prefeito Municipal de São João do Ivaí, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1.948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-1.972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1.962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
  - b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
  - c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município, ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.
- A Prefeitura Municipal de São João do Ivaí em contra partida, propor-



cionarão aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data da publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 21 de maio de 1.973.

Mário Carneiro Portes  
Secretário de Segurança Pública  
Aparecido Bezerra Guedes  
Prefeito Municipal de São João do Ivaí  
(As. Illegível)  
Testemunha  
(As. Illegível)  
Testemunha  
— A Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob o n.º 203-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver em data de 5 do corrente, Sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

5-73 — Do Senhor Deputado Osvaldo dos Santos Lima, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.424. — **Agradeça-se.**

20-73 — Do Senhor Deputado Lázaro Dumont que declara de utilidade pública a "Creche Semiramis Braga" com sede na cidade de Apucarana o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.425. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 201-73, do Senhor Nilo Umberto Deitos Prefeito Municipal de Céu Azul, acusando o recebimento de ofício expedido por este Poder e comunicando que para homenagear o Pai da Aviação, Alberto Santos Dumont criaram e denominaram uma Escola Municipal com o nome do ilustre brasileiro. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 214-73, do Senhor Silas Pioli, Prefeito Municipal de Rio Branco do Sul, acusando o recebimento de ofício expedido por esta Casa comunicando que a indicação foi acatada, na certeza que o vulto do ilustre brasileiro Alberto Santos Dumont, será lembrado com o nome de uma das ruas daquela cidade. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 166-73, do Senhor Celso Leite de Barros, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo, acusando recebimento de ofício expedido por esta Casa e comunicando que em data de 5 do mês próximo passado, foi sancionado por aquele Executivo a Lei n.º 20-73 que autorizou a mudar o nome da Rua México para a rua Alberto Santos Dumont, prestando assim justa homenagem ao grande brasileiro. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 862-73, do Senhor Luiz Gonzaga Pinto, Prefeito Municipal de Ponta Grossa, acusando recebimento de ofício expedido por esta Casa e comunicando que já existe naquela cidade uma rua com o nome do ilustre brasileiro Alberto Santos Dumont. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 233-73, do Senhor Romeu Curi, Presidente da Câmara Municipal de Londrina, encaminhando memorial do Sindicato dos Contabilistas de Londrina e de outras Entidades de classe similares da região, contando sugestões para modificações e melhorias ao projeto de lei que tranza pela Câmara dos Deputados, reformulando a Lei Orgânica do I.C.M. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Arturo Andreoli, Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — comunicando a nova constituição da Diretoria daquela Empresa. — **Ao conhecimento da Casa.**

#### TELEGRAMAS:

Do Senhor Ministro Jarbas Passarinho, General Paula Couto, Comandante da 6.ª DE, de Porto Alegre, transmitindo voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Viriato Parigot de Souza. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor José Pimentel Carvalho, comunicando haver sido instalada na cidade de Telemaco Borba a 13.ª Convenção dos Pastores das Igrejas Evangélicas, Assembleias de Deus do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, Presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo, Estado do São Paulo, Presidente da Câmara de Assis, Estado de São Paulo, Presidente da Câmara Municipal de Pacaembu, Estado de São Paulo, Prefeito Municipal de Mariópolis, Paraná, Convenção dos Pastores das Igrejas Evangélicas do Estado do Paraná, Carregadores e Ensacadores Café de Jacarézinho, Paraná, Presidente da Associação Comercial de Maringá, Paraná, Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, todos manifestando o seu profundo pesar pelo passamento do Senhor Pedro Viriato Parigot de Souza. — **Ao conhecimento da Casa.**

#### REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Antônio Costa, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei n.ºs 109-73 e 110-73.

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 122-73.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Deputado João Mansur, no sentido de solicitar a Sua Excelência, homem sensível às atividades esportivas, à concretização do auxílio prometido pelo Chefe do Poder Executivo, para o término das obras do Estádio Pinheirão, por ocasião da visita do Governador do Estado à aquelas obras.

Além da importância que representa para o Estado o referido empreendimento, o Paraná sendo um dos Estados da Federação que se destacam sobremaneira no setor de Esportes, poderá com o referido auxílio, disputar o próximo Campeonato Nacional de Futebol com o seu Estádio concluído, mostrando ao Brasil a pujança do Paraná no cenário esportivo do país.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1973.

(a) Erondy Silvério

#### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 148-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Uraí, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1973.

(a) Borsari Neto

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Uraí, é uma sociedade civil, de caráter assistencial e promocional, sem fins lucrativos, que tem por objetivo cuidar do problema do excepcional e deficientes mentais, sem qualquer distinção de raça, cor, credo religioso.

Pelos inestimáveis serviços que vem prestando, cumprindo, aliás, os nobres objetivos a que se propôs e insertos em seu Estatuto, essa benemérita instituição já conquistou o respeito e a admiração do povo de Uraí, sendo, pois, de justiça que se lhe declare de utilidade pública, a exemplo do que já se tem feito com outras entidades semelhantes.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Estamos encaminhando ao Governador em exercício, o Nobre Deputado João Mansur, um Requerimento em que solicitamos o apoio de S. Exa. para a conclusão das obras do Pinheirão. Isto porque, acompanhando o noticiário dos jornais, verificamos que o Sr. Governador em exercício, fez uma visita às obras daquele estádio e ali, prometeu o amparo do Governo do Estado àquelas obras pelas quais o público desportivo do Paraná tanto almeja e tanto espera.

O nosso Requerimento, que a Casa naturalmente não vai negar o apoio, é para que S. Exa. o Sr. Governador em exercício, faça das palavras uma ação, atendendo o pedido que ora estamos fazendo da Tribuna. Aproveito a oportunidade para encaminhar um apelo, que depois encaminharei por escrito à Mesa, também ao Sr. Governador em exercício, cobrando de S. Exa. as respostas que há muito a Casa deveria ter recebido, de dois Pedidos de Informações que diz à Secretaria de Viação e Obras Públicas. Um, com relação à TELEPAR e o outro com relação à SANEPAR. Naquele Pedido de Informações, pedíamos em nome do povo de Curitiba, que o titular daquela autarquia, dissesse das razões pelas quais houve um aumento na taxa de água superior àquele determinado pelo Governo Federal em todo País, e não só a iniciativa privada, mas a própria indústria e comércio, e o Governo na sua elogiável luta para deter a inflação, determinou aos órgãos governamentais que nenhuma despesa se fizesse acima deste percentual de 12%. E nem o Executivo lançasse tributos ou taxas ou a que título seja, além de 12%. Determinou a indústria através da Comissão Inter-Ministerial de Preços, para que este aumento no ano de 73 não ascenda a um percentual de 12%. Ao próprio comércio, nós temos visto até campanha pública dirigida pelo Ministério da Fazenda, uma delas com o slogan "Diga não à inflação" aconselhan-



do ao povo não pagar nada além de 12%. Como pode a SANEPAR aumentar as taxas de água para o curitibano num percentual que vai de 12 a 49%, impunemente. Quando nós solicitamos informações, o porquê, as razões, que levaram aquela companhia a majorar as tarifas de água, e este percentual até hoje, apesar de ter transcorrido o prazo previsto em Lei para que os Pedidos de Informações oriundos do Poder Legislativo devam ser atendidos pelo Poder Executivo, até hoje, não recebi resposta, a não ser que a Casa tenha recebido. Porque, como disse anteriormente, talvez possivelmente, a SANEPAR tenha a autorização da Comissão Inter-Ministerial de Preços, do próprio Ministério da Fazenda para elevar as tarifas acima de 12%. Porque as razões são justas, acredito que o Ministério da Fazenda renda-se à realidade e autorize aumento superior ao preconizado por aquela autoridade fazendária. Talvez a SANEPAR tenha esta autorização, mas o povo precisa saber. O que não é, justo é majorar, ninguém reclamar e todos aceitarem de cabeça baixa, uma majoração, para nós absurda. Porque se a iniciativa privada está sendo convidada a pertar os cintos, se está sendo convidada a participar dos esforços gigantescos do Governo Federal para deter a onda inflacionária, mas por maior injustiça, por maior que seja o dever da autoridade pública de acompanhar esta campanha do Ministério da Fazenda, aqui no Paraná infelizmente, a SANEPAR não está colaborando com o Governo Federal.

O nosso apelo Sr. Presidente, V.Exa. na qualidade de Vice-Presidente, hoje Presidente em exercício, tem o dever e a responsabilidade de zelar para que esta Casa não saia arranhada de um episódio como este, em que a Casa aprova por unanimidade um Pedido de Informações. A Secretaria do Poder Legislativo encaminha ao Sr. Governador do Estado o Pedido de Informações aprovado e, no maior descaso, na maior falta de consideração e de respeito pelo povo, porque este Poder é o povo; aqui os Senhores Deputados representam o povo; a maior desconsideração para com o povo até hoje, apesar de já decorrido o prazo constitucional, até hoje, ainda não se dignou a responder este Pedido de Informações.

Portanto, o apelo que faço a V.Exa. que tem dado tantas provas de independência; tem dado provas de competência e habilidade, na direção desta Casa; para que V. Exa. seja o intérprete do nosso apelo ao Governador do Estado em exercício, para que determine ao Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, que encaminhe ao Poder Executivo, para que depois possa ser encaminhado à esta Casa, resposta àqueles quesitos que formulamos por ocasião de nosso Pedido de Informações.

Este o apelo que por certo V.Exa. atenderá, porque representa em última análise, a verdadeira independência do Poder Legislativo.

Obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de registrar a presença neste Plenário, do Nobre Vereador Ademair Bertoli, da Câmara Municipal de Curitiba, bem como a presença do Nobre Vereador Osiris Silveira, da Câmara Municipal de Umuarama.

Não havendo mais oradores inscritos, e nem quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente, Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Sobre a mesa. Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à votação da matéria que se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 109-73 e 110-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silveiro, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam tomadas medidas, visando o término das obras do Estádio Pinheirão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 122-72. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Quero formular aos Srs. Deputados convite para a posse do Ilustre Magistrado Aurélio Feijó, no cargo de Desembargador, para o qual foi nomeado por ato do Exmo. Sr. Governador do Estado, às 16,00 horas do dia de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para amanhã, dia 2, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 53-73

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125-72 e do Projeto de Resolução n.º 22-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 216-69 e 207-70.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 122-72, 200-72, 206-72 e 214-72. Levanta-se a Sessão.

#### PORTARIA N.º 174-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.794, de 18 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Emilio Reinoldo Grber, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias relativas ao ano de 1973, a partir de 18 de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de junho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 175-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.900, de 20 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Celso Mariano dos Santos, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao ano de 1972, a partir de 25 de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de junho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 176-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.972, de 22 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Maria Dolores Tulio Barvik, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias, de férias referentes ao ano de 1972, a partir de 01 de julho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de junho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 177-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

designar a funcionária Joara Maciel Farias, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de junho de 1973

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 178-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.059, de 26 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Luiz Augusto Cantador, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 02 de julho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de junho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 179-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.119, de 26 de março de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

designar Belkiz Fernandes, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do "M.D.B." junto ao Gabinete do Deputado Iris Caldart.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de julho de 1973

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 180-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.125, de 27 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Aldo Angelo Sperandio, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1973, a partir de 02 de julho de 1973

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de julho de 1973

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 181-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.084, de 26 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

designar Nevinha Piazza Cardoso, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Emilio Humberto Carazzai.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 182-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.179 de 28 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Maria Alexandrina Moreira Poncio, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 02 de julho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 183-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.210, de 28 de junho de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Senhorinha Bernardi, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1972, a partir de 02 de julho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 184-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.381, de 04 de julho de 1973, deste Poder

#### R E S O L V E :

conceder a Genir dos Santos Fernandes, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 04 de julho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral



## PORTARIA N.º 185-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.691, de 14 de março de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

lotar Luiz Fernando Gottardi, ocupante do cargo de nível PL "19", da carreira de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional Atividades Gerais, no serviço de Cerimonial.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

## PORTARIA N.º 186-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.672, de 05 de abril de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

I — revogar a Portaria n.º 175-71, de 10 de março de 1971, que designou o funcionário Belmiro Martins para prestar serviços no Gabinete da Arena, junto ao Gabinete do Deputado Igo Iwant Losso; e

II — designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete do "M.D.B.", junto ao Gabinete do Deputado Nelson Buffara.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

## PORTARIA N.º 187-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2672, de 05 de abril de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

deixar sem efeito a Portaria n.º 142-73, de 16 de maio de 1973, que designou o funcionário Humberto Graça Neto para prestar serviços no Gabinete do "M.D.B.", junto ao Gabinete do Deputado Nelson Buffara, a partir de 05 de abril de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

## PORTARIA N.º 188-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.286, de 02 de julho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder a Luiz Carlos Gonçalves de Castro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12 de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 5 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

## PORTARIA N.º 189-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.508-73, de 21 de maio de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

lotar Marconílio Sancho Cambuhy, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Social, a partir de 1.º de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

## PORTARIA N.º 190-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.508, de 21 de maio de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

designar Walter Reinaldet dos Santos, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Gabriel Manoel, a partir de 1.º de junho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

## PORTARIA N.º 191-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.405, de 04 de julho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

designar o funcionário José Angeli, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do M.D.B., junto ao Gabinete do Deputado Maurício Fruet.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

## PORTARIA N.º 192-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.986, de 25 de junho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

designar o funcionário Ernesto Peracetta, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços à 2.ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

## PORTARIA N.º 193-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.271, de 29 de junho de 1973, deste Poder,

designar a funcionária Cleri Nicz Roda, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Serviço de Cerimonial.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

## PORTARIA N.º 194-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.604, de 13 de julho de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder a Oleni Ferreira de Lima, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 17 de julho de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de julho de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 479-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.228-73, de 15 de maio de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

doar à Escola de Aplicação "Olavo Bilac", do município de São José dos Pinhais, os móveis abaixo relacionados, considerados inservíveis ao serviço desta Assembléia Legislativa:

- 3 (três) mesas com 4 (quatro) gavetas chapeadas;
  - 3 (três) cadeiras simples; e,
  - 2 (duas) cortinas.
- Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de junho de 1973
- JOÃO MANSUR — Presidente
- JORGE SATO — 1.º Secretário
- JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 480-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.397-73, de 17 de maio de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Hilda Guiomar Arguello, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar;

II — conceder o acréscimo trienal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 4.º, da Resolução n.º 2-64, de 21 de fevereiro de 1964, por contar com mais de seis (06) anos de efetivo exercício nesta Casa, como servidora, até 28 de abril de 1969, data em que foi revogada a referida Resolução pela de n.º 5-69, ressalvados os direitos até então adquiridos, a partir, porém, de 17 de maio de 1968, por força da prescrição quinquenal estabelecida pelo Art. 178, § 10, inciso VI, do Código Civil Brasileiro;

III — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 17 de maio de 1968, por força das mesmas disposições do Código Civil Brasileiro, antes mencionadas, perfazendo um total de dez por cento (10%);

IV — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da mesma Lei, a partir de 1.º de setembro de 1971, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%); e,

V — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mencionada Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 1.º de março de 1967 e 1.º de setembro de 1971, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1963, 1965 e 1970, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de junho de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 481-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.712-73, de 24 de maio de 1973, deste Poder,

## R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Adilson Vicentini, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economista, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 16 de abril de 1964 e 16 de fevereiro de 1969, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1967, contadas em dobro; e,

III — acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mencionada Lei, a partir de 23 de dezembro de 1972, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de junho de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário



**DECRETO LEGISLATIVO N.º 482-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os n.ºs. 5.772 e 5.826, de 18 e 19 de junho de 1973, respectivamente, deste Poder,

**R E S O L V E :**

I — revogar o item I do Decreto Legislativo n.º 426-72, de 02 de outubro de 1972, que colocou o funcionário José Rosa Filho, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL); e,

II — colocar à disposição da Procuradoria da República no Paraná, o funcionário acima citado, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, inclusive gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos por prestar serviços extraordinários.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de junho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 483-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.210-73, de 05 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Lydia Schonbachler de Almeida, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses correspondentes ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 484-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.189-73, de 05 de junho de 1973, deste Poder, resolve:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Antonio João Greber, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 485-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.143-73, de 04 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Antonio da Silva, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 486-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.567-73, de 13 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a Joana de Biassio da Cunha, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 28 de março de 1973, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 487-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.428-73, de 3 de abril de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Pirai do Sul, sem vencimentos, o funcionário Gilberto Felix da Silva, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 488-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.922-73, de 20 de março de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Edgar Tavora Junior, a pres-

tar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 489-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.206-73, de 05 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Joaquim Vieira da Silva, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 490-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.779-73, de 25 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Orlando Moro, ocupante do cargo de nível PL "23" da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais nos termos do Art. 248, da mesma Lei, ao acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 15 de agosto de 1961 e igual data de 1971; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mencionada Lei, a partir de 21 de maio de 1973, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 491-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.920-73, de 09 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Lilian Mary Rebêllo, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 492-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.473-73, de 12 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Jahir Dalagassa, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 493-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.722-73, de 03 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Celia Maria Gracia Hatschbach, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 10 de dezembro de 1964 e 10 de julho de 1969, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1966, 1967 e quinze (15) dias de 1965, contados em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário



**DECRETO LEGISLATIVO N.º 494-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.301-73, de 24 de abril de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 5.174 de 16 de novembro de 1970, em favor de Izidoro Ceccon ocupante do cargo de nível PL "13" da Série de Classes de Motorista do Grupo Ocupacional de Transporte, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 495-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

revogar o Decreto Legislativo n.º 97-73, de 13 de março de 1973, na parte que se refere a funcionária Joana Maciel Farias, que concedeu a gratificação por prestar serviços extraordinários correspondente a 1/3 (um terço) de seus vencimentos, a partir de 1.º de julho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 496-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.682-73, de 23 de maio de 1973, deste Poder

**R E S O L V E :**

I — atribuir a Luciano Antonio Bittencourt funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete da Liderança da ARENA, a partir de 1.º de junho de 1973, e,

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 497-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.454-73, de 11 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Ithor Baranhuk, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1969, 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 498-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.416-73, de 11 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a Judith Scholtz, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 15 de dezembro de 1972, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 499-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.371-73, de 08 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a Carlos Augusto Fernandes, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 02 de junho de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 500-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.363-73, de 08 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a Nevecindo Ribeiro de Lima, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de

Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 1.º de julho de 1973, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 501-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.452-73, de 11 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Gaudência Cili Teixeira, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) mês, correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 502-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.351-73, de 16 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Roberto Diniz Satyro, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo (2.º) decênio compreendido entre 23 de agosto de 1961 e 13 de julho de 1969, ante e das férias referentes aos anos de 1952 — 1953 — 1954 — 1963 — 1966 — 1967 cedido em razão da incorporação correspondente ao primeiro (1.º) decênio e vinte (20) dias referentes ao ano de 1964, contadas em dobro;

II — mandar contar para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da mesma Lei, o tempo de um (01) mês correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar; e,

III — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da mencionada Lei, a partir de 21 de abril de 1971, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo (2.º) decênio, completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 503-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prorrogar por mais dois (02) anos, a licença especial concedida pelo Decreto Legislativo n.º 271-71, de 20 de maio de 1971, a Inolan Antonio Guiginski de Oliveira, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 504-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.892-73, de 29 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Gabriel Luiz Franceschi, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1967, 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 505-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.245-73, de 06 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Myrthes Magda Gomes, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1973

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSE MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 506-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.629-73, de 22 de maio de 1973, deste Poder,



**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Gerson Evangelista Passos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificações correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 507-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.119-73, de 26 de março de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Belkiz Fernandes, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 509-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.691-73, de 14 de março de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Luiz Fernando Gottardi, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 13 de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 5 de julho de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 510-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.672-73, de 05 de abril de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Luiz Lasso, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de maio de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 5 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 511-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.672-73, de 5 de abril de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

deixar sem efeito o Decreto Legislativo n.º 413-73, de 16 de maio de 1.973, que concedeu a Humberto Graça Neto autorização para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 5 de abril de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 5 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 512-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.529-73, de 3 de abril de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Darci Antonio Budel, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 5 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 513-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.140-73, de 14 de maio de 1.973, deste Poder;

**R E S O L V E :**

I — atribuir a Ruberval Figueiredo da Silva, ora à disposição desta Assembléia, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Departamento Administrativo, a partir de 1.º de junho de 1.973; e,

II — fixar em cinquenta por cento (50%), a gratificação para prestar serviços extraordinários, concedida pelo Decreto Legislativo n.º 98-73, de 13 de março de 1.973, a partir de 1.º de junho de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 5 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 514-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.440-73, de 11 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

I — retificar o Decreto Legislativo n.º 194-67, de 19 de abril de 1967, alínea c, para declarar que o tempo ali contado, para todos os efeitos legais, em favor

de Lady Cunha, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de classes de Taquigrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é de um (1) ano, seis (6) meses e vinte e dois (22) dias, compreendido entre 1.º de setembro de 1948 e 23 de março de 1950, e não como consta naquele ato; e,

II — conceder, com fundamento no Art. 247, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, seis (6) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 23 de março de 1960 e 1.º de março de 1968, antecipado em razão da contagem do tempo de um (1) ano, seis (6) meses e vinte e dois (22) dias, em que prestou serviços a esta Casa, como contratada, e das férias referentes aos anos de 1961, 1962 e 1963, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 5 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 515-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.767-73, de 25 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

I — retificar o Decreto Legislativo n.º 3-63, de 4 de janeiro de 1963, alínea c, para declarar que o tempo de serviço público ali contados para todos os efeitos legais em favor de Maria do Carmo de Oliveira, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é de quatro (4) anos, quatro (4) meses e dezoito (18) dias, compreendido entre 20 de dezembro de 1957 e 8 de maio de 1962, e não como consta naquele ato; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 1.º de janeiro de 1970 e 1.º de maio de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1969, 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 5 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 516-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.504-73, de 21 de maio de 1.973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário José Cardoso de Azevedo, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 5 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 517-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.141-73, de 14 de maio de 1.973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

fixar em cinquenta por cento (50%), a gratificação para prestar serviços extraordinários concedida ao funcionário Jonas de Souza Porto, pelo Decreto Legislativo n.º 97-73, de 13 de março de 1.973, a partir de 1.º de junho de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 5 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 518-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.508-73, de 21 de maio de 1.973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Walter Reinaldet dos Santos, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1.973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 519-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.536-73, de 21 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar Edouard Elias Thomé, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 4a. Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de junho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de julho de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário